

RECURSO ESPECIAL Nº 1.562.052 - PE (2015/0257771-2)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA

**RECORRENTE : COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
CBTU**

**ADVOGADO : NELSON WILLIAMS FRATONI RODRIGUES E
OUTRO(S) - PE000922A**

RECORRENTE : UNIÃO

RECORRIDO : OS MESMOS

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recursos Especiais interpostos pela **Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU** e pela **União**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 6ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, assim ementado (fls. 558/579e):

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA INTERLOCUTÓRIA PELA QUAL, TENDO EM VISTA O FATO DE A UNIÃO FEDERAL TER ATRAVESSADO, NOS AUTOS ORIGINÁRIOS DO PROCESSO DE CONHECIMENTO (AÇÃO DE COBRANÇA), PETIÇÃO COMUNICANDO TER INTERESSE NO FEITO, DETERMINOU-SE, COM BASE NOS ARTIGOS 109, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E 113 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (CPC), A REMESSA DO PROCESSO À JUSTIÇA FEDERAL.

I) PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO: APONTA A AGRAVADA QUE ESTARIA AUSENTE DOCUMENTO ESSENCIAL PARA A INTERPOSIÇÃO, QUAL SEJA, A RECORRENTE NÃO TERIA JUNTADO CORRETAMENTE OS DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO DA RECORRIDA, EM PARTICULAR OS SUBSTABELECIMENTOS DA AGRAVADA.

OCORRE QUE, AO REVÉS, ENCONTRAM-SE JUNTADAS AOS AUTOS INÚMERAS CÓPIAS DE PROCURAÇÕES E SUBSTABELECIMENTOS DA PARTE RECORRIDA. PRELIMINAR REJEITADA.

DECISÃO UNÂNIME.

II) MÉRITO: INTERESSE MERAMENTE ECONÔMICO (NÃO JURÍDICO) COMO O DEMONSTRADO PEU\ UNIÃO NO PRESENTE FEITO NÃO AUTORIZA, DE MODO ALGUM, A REMESSA DO FEITO À JUSTIÇA FEDERAL, SEJA DE OFÍCIO OU A REQUERIMENTO DA PARTE, NÃO SENDO, NO CASO CONCRETO, APLICÁVEL A SÚMULA 150 DO STJ. AGRAVO PROVIDO, NO SENTIDO DE QUE SEJA REFORMADA A DECISÃO ATACADA, COM O CONSEQÜENTE IMPEDIMENTO DA REMESSA

*DOS AUTOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO (CUMPRIMENTO
PROVISÓRIO DE SENTENÇA)
PARA A JUSTIÇA FEDERAL. DECISÃO INDISCREPANTE.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 654/672e).

A CBTU interpôs recurso especial, nos termos do art. 105, III, *a*, da Constituição da República, alegando ofensa aos dispositivos dos arts. 50 do Código de Processo Civil de 1973 e 5º da Lei n. 9469/97, porquanto deve haver ingresso da União na condição de assistente da CBTU no feito, em face daquela possuir interesse jurídico e econômico na demanda e ser a responsável pela materialização do contrato firmado com a recorrida.

A União interpôs recurso especial também sustentando violação aos arts. 50 do Código de Processo Civil de 1973, 5º da Lei n. 9469/97 e 38 da Lei Complementar n. 73/93.

Com contrarrazões, os recursos foram admitidos (fls. 1.295/1.297e).

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

Nos termos do art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, combinado com o art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar seguimento a recurso ou a pedido manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da respectiva Corte ou Tribunal Superior.

Firmou-se nesta Corte o entendimento segundo o qual o recurso especial, interposto com fundamento nas alíneas *a* e/ou *c*, do inciso III, do art. 105, da Constituição da República, não merece prosperar quando o acórdão recorrido encontrar-se em sintonia com a jurisprudência desta Corte, a teor da Súmula 83, *verbis*:

Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.

Cumpre sublinhar que o alcance de tal entendimento aos recursos interpostos com fundamento na alínea *a*, do permissivo constitucional, decorre do fato de que a aludida divergência diz respeito à interpretação da própria lei federal (v.g.: AgRg no AREsp 322.523/RJ, 1ª T., Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 11.10.2013; e AgRg no REsp 1.452.950/PE, 2ª T., Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 26.08.2014).

Anote-se que, para a aplicação do entendimento previsto na Súmula 83/STJ, basta que o acórdão recorrido esteja de acordo com a orientação jurisprudencial firmada por esta Corte, sendo prescindível a consolidação do entendimento em enunciado sumular ou a sujeição da matéria à sistemática dos recursos repetitivos, nos termos do art. 543-C, do Código de Processo Civil, com trânsito em julgado (AgRg no REsp 1.318.139/SC, 2ª T., Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 03.09.2012).

No caso, verifico que o acórdão recorrido adotou entendimento consolidado nesta Corte, segundo o qual ser "inviável a intervenção de terceiros no processo executivo, salvo na ação cognitiva incidental de embargos, visto que a execução não objetiva a obtenção de sentença, mas a concretização do título executivo".

Nessa linha:

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. UNIÃO. INTERVENÇÃO ANÔMALA NO PROCESSO EXECUTÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.

(...)

3. A intervenção de terceiros prevista no art. 50, parágrafo único, do CPC/1973 não se confunde com aquela de que cuida o art. 5º, parágrafo único, da Lei n. 9.469/1997, visto que, nesta última, a intervenção legitima-se com o desiderato de demonstrar interesse econômico e não jurídico, como naquela.

4. Esta Corte Superior tem reputado inviável a intervenção de terceiros no processo executivo, salvo na ação cognitiva incidental de embargos, visto que a execução não objetiva a obtenção de sentença, mas a concretização do título executivo.

5. Caso em que a União, intimada para tomar ciência de acordo celebrado com empresa pública federal envolvendo valores superiores ao prescrito naquele diploma (R\$ 1.360.000,00 - um milhão e trezentos e sessenta mil reais), manifestou discordância do cálculo apresentado pelo particular e pleiteou integrar a lide na condição de assistente, requerendo a sustação da transação e da penhora efetivada.

6. Manifesto aquele intento quando já se achava o feito na fase de liquidação de sentença e mostrando-se incompatível a intervenção anômala com o processo executório, mantém-se o acórdão recorrido que

decidiu alinhado com a orientação preconizada neste Tribunal.

7. Recurso desprovido.

(REsp 1398613/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/06/2016, DJe 29/06/2016)

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO -
PREQUESTIONAMENTO AUSENTE: SÚMULA 282/STF - ART.
5º, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 9.469/1997 - INTERVENÇÃO
ANÔMALA - ESTADO-MEMBRO - PROCESSO EXECUTÓRIO -
IMPOSSIBILIDADE.**

1. O art. 5º, parágrafo único, da Lei 9.469/1997 também atribui aos Estados-Membros a faculdade de intervir em demandas em que houver interesse econômico, independentemente da demonstração de interesse jurídico.

2. Os poderes atribuídos ao Poder Público na intervenção anômala - inerentes à fase de conhecimento - são incompatíveis com o rito executório.

3. Cabível a intervenção das pessoas jurídicas de direito público, com base no art. 5º, parágrafo único, da Lei 9.469/1997, nos casos de embargos à execução, pelo devedor ou por terceiro, tendo em vista a sua natureza de ação incidental de cognição. Hipótese não configurada.

4. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

(REsp 968.475/RR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/04/2010, DJe 03/05/2010).

Desse modo, situando-se a controvérsia na fase de cumprimento de sentença e não caracterizada a exceção de tratar-se de embargos à execução, apresenta-se inviável a intervenção pretendida com amparo no art. 5º, parágrafo único, da Lei n. 9.469/1997.

Posto isso, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **NEGO SEGUIMENTO aos recursos especiais.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora